

A social-democracia clássica e a emancipação feminina

Considerável parte dos autores vinculados ao feminismo contemporâneo frequentemente apresentam uma série de restrições às análises formuladas no âmbito da tradição marxista no tocante à condição feminina. A recorrente crítica direcionada ao marxismo, hodiernamente sustentada por correntes teóricas “pós-estruturalistas” e “pós-modernas”, concernindo a sua suposta indiferença em relação a questões de gênero, é comumente aceita e reproduzida também nos meios acadêmicos. Em geral tende-se a atribuir ao marxismo uma postura teórica economicista, segundo a qual a dominação de gênero seria o resultado mecânico de exigências impostas pelo modo de produção capitalista. Desse modo, acusa-se a teoria marxista de subsumir as relações hierárquicas entre homens e mulheres à questão da exploração de classe, ou ainda, de propagar a ideia segundo a qual no capitalismo apenas as mulheres burguesas são oprimidas, “ap resentando uma visão romântica das relações de gênero no interior da classe trabalhadora, como se nesta houvesse igualdade nas relações de gênero” (SOUZA, 2003, p. 6).

Não obstante o seu amplo acolhimento entre intelectuais dos mais diferentes matizes, tais perspectivas equivocam-se quanto a dois aspectos

fundamentais. O primeiro consiste na desconsideração da relação histórica que a tradição marxista guarda com os movimentos feministas desde o século XIX. O segundo refere-se à omissão acerca da contribuição do marxismo para o embasamento de teorias que buscam desnaturalizar e historicizar as categorias, relações e instituições sociais. Suprime-se, assim, a importância do pensamento marxista e sua influência decisiva na trajetória do feminismo, propiciando sua radicalização e aprofundamento crítico¹.

Ao oferecer indispensáveis subsídios teóricos para a compreensão das origens e do funcionamento do modo de produção capitalista, o materialismo histórico desenvolvido por Marx e Engels possibilitou uma análise histórica da problemática de gênero que procura desvendar sua inter-relação com a totalidade social. De acordo com a análise desses autores, esboçada com maior precisão por Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), o surgimento da propriedade privada teria dado ensejo à subordinação das mulheres aos homens, sendo o marco inicial das lutas de classes. Sendo assim, a família monogâmica e patriarcal seria característica da sociedade de classes, onde a divisão do trabalho repousaria igualmente sobre a divisão do trabalho no seio da família. Na transição para o sistema patriarcal, portanto, apareceria o contraste entre as classes e a divisão entre a vida pública e a privada. Engels considera então a queda do sistema matriarcal como representativa da “derrota histórica mundial do sexo feminino”, de modo que somente a abolição das relações de produção capitalistas levaria ao fim da escravidão doméstica, da separação entre a esfera de reprodução – o lar (que converte o trabalho feminino em “serviço privado”) – e a esfera de produção social, bem como da prostituição oficial e não oficial das mulheres.

Desse modo, Marx e Engels estabeleceram uma relação fundamental entre a dominação de classe e a dominação de gênero – no âmbito do Estado, da sociedade e da família –, de forma que a superação de ambas só poderia ocorrer a partir da profunda e radical transformação social, mediante a socialização dos meios de produção:

¹ Como observa Clara Araújo, “não obstante os limites de alguns dos referenciais antropológicos presentes em *A origem da família, da propriedade e do Estado*, particularmente a suposição de que, originalmente, haveria um padrão universal de família, assim como certa simplificação no modo de conceber a divisão sexual do trabalho em sua origem, essa obra permanece uma referência para pensar a relação entre condições materiais, surgimento da propriedade privada, das instituições e a opressão da mulher” (ARAÚJO, 2001, p.66).

A família individual moderna está baseada na escravidão doméstica, transparente ou dissimulada, da mulher (...) é o homem que, na maioria dos casos, tem de ser o suporte, o sustento da família, pelo menos nas classes possuidoras, e isso lhe dá uma posição de dominador que não precisa de nenhum privilégio legal específico. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletariado (ENGELS, 2000, p.80).

Sob esse prisma, portanto, somente a transformação revolucionária da sociedade – a abolição da exploração capitalista e a construção de uma ordem social socialista – poderia dar origem a um sistema verdadeiramente igualitário, capaz de conferir validade e efetividade aos preceitos legais que na sociedade burguesa só possuem existência formal.

A crítica à condição feminina sob o capitalismo, tal como concebida por Marx e Engels, foi retomada por inúmeras correntes vinculadas ao movimento operário, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, dando ensejo a intensos debates e discussões no seio dos partidos de massa social-democratas em expansão, particularmente na Europa e América do Norte. No entanto, o reconhecimento da “questão feminina” como sendo parte fundamental do projeto emancipatório mais amplo não foi atingido facilmente.

Os primórdios do debate acerca da questão feminina no âmbito da social-democracia

Nos meios operários, por um longo período, verificou-se a prevalência de um discurso misógino, caracterizado pelo menosprezo do potencial político e revolucionário das militantes socialistas. A adoção de valores ultraconservadores por vezes chegava a traduzir-se na prática em uma política segregacionista baseada na exclusão expressa ou velada das mulheres a filiações partidárias e sindicais, no impedimento de sua participação em assembleias e processos decisórios, ou na proibição de sua interferência na administração burocrática dos negócios do partido.

Da mesma forma, as demandas formuladas pelos grupos femininos – como o direito ao voto, o ingresso de mulheres em todos os níveis do sistema educacional, o fim da revista e inspeção sanitárias compulsórias contra doenças venéreas, a regulação do trabalho feminino e equivalência da remuneração em relação ao masculino, a instituição de programas de assistência social (voltados principalmente para a maternidade) e o fim das

restrições ao direito de associação de jovens e mulheres – eram frequentemente descartadas por serem vistas como sendo apenas de interesse de um grupo específico.

Conforme expresso pelo historiador Eric Hobsbawm, esse paradoxo do movimento operário, que faria conciliar uma ideologia igualitária a uma prática cotidiana discriminatória, contribuiria à manutenção dos laços que prenderiam as mulheres trabalhadoras a um papel social definido e subordinado. Ainda assim, segundo o autor, o movimento operário teria fornecido às mulheres “as melhores oportunidades para que se desenvolvessem como seres humanos de fato, como líderes e figuras públicas” (HOBSBAWM, 2000, p. 138).

Convém destacar, contudo, que a abertura dos novos espaços às reivindicações femininas deu-se de modo gradual e descontínuo no âmbito da social-democracia. Durante os trabalhos da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876) – a Primeira Internacional – Marx sofreu oposição dos adeptos de Proudhon (1809-1875) e Lassalle (1825-1864), além de parte considerável das lideranças *trade unionistas* inglesas, ao defender a admissão de mulheres na organização e o direito ao trabalho de mulheres e crianças, aliado a uma legislação protetora. Na petição, apresentada à assembleia da AIT em 1866, Marx argumentara que somente através da participação direta no processo produtivo, exterior à esfera doméstica, e da inserção no trabalho coletivo as mulheres teriam condições de romper as amarras morais da família tradicional e posicionar-se de modo mais independente na luta de classes.

Essa posição, entretanto, contrariava aqueles que viam no trabalho feminino uma dupla ameaça: por um lado o aumento da competição em um mercado de trabalho extremamente volátil e o conseqüente rebaixamento geral dos salários; por outro, a dissolução da família enquanto unidade produtiva e a progressiva perda do controle exercido pela autoridade paterna sobre o trabalho e a vida dos membros da família. A retórica então utilizada para justificar a proibição do trabalho feminino recaía frequentemente em concepções essencialistas e naturalizantes de cunho proudhoniano (de forte influência rousseauiana), que tomava as características físicas e fisiológicas femininas – “quadris largos, pélvis, seios, menor tamanho do cérebro”, etc. – como provas da suposta imutabilidade da posição social de dependência, sujeição e obediência que elas ocupam em sociedade. Assim, atribuía à mulher

uma natureza própria à vida doméstica e ao homem o papel de provedor e chefe da família, encarregado da tomada de decisões:

O homem, vivendo naturalmente em sociedade, segue também naturalmente um chefe. No princípio esse chefe é o pai, o patriarca, o velho, quer dizer, o homem íntegro, o sábio cujas funções, por consequência, são todas de reflexão e inteligência (PROUDHON, 1997, p. 236).

Esse argumento de que a mulher, por sua suposta fragilidade, vulnerabilidade e docilidade, deveria ser preservada dos perigos e degradações promovidos pela indústria moderna e, assim, confinada à esfera do lar, tinha grande aceitação nos meios operários justamente por atender à inquietação desperta pela competição feminina, ocultando-a sob a aparência de um discurso paternalista. Até mesmo Engels, cujo *As origens da família, da propriedade privada e do Estado* tanto contribuiu para uma visão sócio-histórica da dominação feminina, chegou a afirmar a necessidade de limitações do trabalho feminino na indústria, em nome da proteção das “futuras gerações”, fortalecendo, assim, a ideia de que a função social primordial da mulher está vinculada à reprodução. Em uma carta destinada a Guillaume-Schack, de 5 de julho de 1885, Engels descreve sua oposição em relação à demanda pela completa abertura das ocupações a mulheres formuladas por feministas inglesas:

Os franceses são menos insistentes que os alemães em limitar o trabalho feminino pelo fato de que na França, e particularmente em Paris, o trabalho que as mulheres fazem nas fábricas é comparativamente secundário. Salários iguais para trabalhos iguais para ambos os sexos são, até a sua abolição em geral, exigências, até onde eu sei, de todos os Socialistas. Que a trabalhadora necessite de proteção especial contra exploração capitalista devido a suas funções fisiológicas específicas parece óbvio a mim. As mulheres inglesas que defenderam o direito formal de membros de seu sexo serem tão duramente exploradas pelos capitalistas como os homens estão, direta ou indiretamente, interessadas na exploração capitalista de ambos os sexos. Eu admito que estou mais interessado na saúde das gerações futuras que na igualdade formal absoluta dos sexos durante os últimos anos do modo capitalista de produção. É minha convicção que a verdadeira igualdade entre mulheres e homens só pode se tornar realidade quando a exploração de ambos pelo capital for abolida e o serviço doméstico privado for transformado em uma indústria pública (ENGELS, 2008).

A persistência da diferenciação de tratamento em relação às mulheres ganhou expressão nos programas dos partidos social-democratas, que ora ignoravam a questão, ora incorporavam-na apenas superficial e formalmente. Na Alemanha, por exemplo, onde o movimento socialista obteve grande êxito na formação de um modelo abrangente e estável de aparelho partidário, o voto feminino somente foi introduzido no programa de princípios em 1891. Até então, os partidos não mencionavam em seus estatutos a conquista dos direitos políticos das mulheres como um objetivo a ser perseguido.

Tanto o programa lassalleano da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, de 1863², como o programa de Eisenach do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães (1869), de orientação marxista, tinham o sufrágio universal masculino como uma bandeira de luta fundamental que, uma vez conquistada, propiciaria um avanço na organização e o amadurecimento político do proletariado. Em discurso dirigido aos trabalhadores de Frankfurt, em 19 de maio de 1863, o reformista Lassalle assumiu esta visão pragmática, que encara o sufrágio como um instrumento de extrema utilidade à disposição da classe, embora não significasse necessariamente a sua iminente vitória eleitoral:

Já se disse que o sufrágio universal não é, de nenhum modo, uma varinha de condão. Naturalmente! Isso também sei muito bem. Vou dizer o que é: é uma lança, que vem curar as feridas que ela mesma fez. Não se pode descartar, em absoluto, que vocês errem uma, duas ou três vezes ao votar usando o sufrágio universal. No entanto, não se cria uma instituição política para que dure só dois ou três anos! O direito ao sufrágio universal educa a população à força de praticá-lo; e não há dúvida de que, no final das contas, essa educação também trará frutos positivos para os trabalhadores (LASSALLE, 1999, p. 153-4).

Não obstante a importância prática e pedagógica atribuída ao voto, eisenachianos e lassalleanos anuíam quanto à exclusão de metade da população adulta de seu acesso. Nesse sentido, ao advogarem pelo sufrágio “universal” exclusivamente masculino, agiam contra seus próprios princípios, comprometidos com o fim de privilégios e com a igualdade de direitos e deveres.

² Esta organização foi fundada por Ferdinand Lassalle em 1863 e prosseguiu sob a influência de suas idéias mesmo depois de sua morte, em 1864, até a sua fusão com o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães no Congresso de Gotha, de 1875.

A junção dos dois partidos e a conciliação dos programas no Congresso de Gotha, em maio de 1875, não trouxe novidades no tocante à questão feminina, introduzindo apenas como meta a “proibição do trabalho das mulheres que prejudique a saúde e a moralidade” (MARX, ENGELS e LENIN, 1971, p. 93). A despeito dos esforços realizados por August Bebel (1840-1913), um dos principais fundadores do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães, para incluir o voto feminino e igualdade entre os sexos na carta de intenções do novo partido, o repúdio à participação política das mulheres prevaleceu uma vez mais. Contudo, as discussões internas acerca da questão feminina sinalizavam a emergência de uma significativa mudança nos meios operários, refletida na crescente participação das mulheres nas greves e manifestações³, na ampliação da mobilização das *sufragettes* para além dos círculos pequeno-burgueses, na criação de novas formas de cooperação entre as mulheres fora e dentro do trabalho e no engajamento feminino na Comuna de Paris (1871).

Nesta última, embora o direito ao voto não tenha lhes sido concedido, as mulheres ganharam considerável expressão em termos políticos devido à sua própria iniciativa e organização. Sua participação ativa na construção e defesa das barricadas nas ruas de Paris⁴, na fabricação de armamentos e no atendimento dos feridos, tornaram-nas elementos fundamentais à resistência. Além disso, constituíram clubes responsáveis pela administração de indústrias cooperativas e pela formulação de políticas públicas – como o reconhecimento de uniões livres, o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, o estabelecimento da educação laica extensiva às mulheres (com o ensino de técnica, ciência, humanidades) e a obrigatoriedade de equiparação salarial entre homens e mulheres. Um dos mais importantes focos de sua organização foi a União das Mulheres pela Defesa de Paris para os Cuidados dos Feridos (*Union des Femmes pour la Défense de Paris a les Soins aux Blessés*), liderada pela Elizabeth Dmitrieff (1851-1910), que mantinha amizade com Marx. Esse grupo tinha como princípio a conquista da

³ Dentre as mais expressivas estavam as greves de Lyon (1869), a greve das fosforeiras de Londres (1888), a greve das tipógrafas de Edimburgo (1909) e a greve das costureiras de Nova Iorque (1909), que reuniu cerca de 20.000 trabalhadoras. Mesmo assim, de acordo com Michele Perrot, entre os anos de 1870 e 1890, apenas 4% dos grevistas eram mulheres, embora elas já representassem 30% da mão de obra industrial (PERROT, 2005, p. 292).

⁴ Segundo Tony Cliff, as mulheres foram responsáveis pelo levantamento de inúmeras barricadas, como as da Place du Pantheon, da Place Blanche no Boulevard Clichy e do 18° *arrondissement* entre as ruas Doudeauville e Stephenson (CLIFF, 2007).

revolução social, pela abolição de todas as estruturas sociais e legais existentes, pela eliminação de todos os privilégios e formas de exploração, pela substituição do comando do capital pelo comando do trabalho – em síntese, pela emancipação da classe trabalhadora pela classe trabalhadora (SHULKIND *apud* CLIFF, 2007, cap.2).

Como consequência de seu envolvimento na luta, centenas de mulheres foram massacradas nos conflitos de Paris e 1.051 foram levadas a julgamento (CLIFF, 2007, cap. 2). A experiência, no entanto, deixou marcas profundas nas sociedades europeias, exigindo dos militantes socialistas e anarquistas uma reflexão acerca da impropriedade dos estereótipos femininos e do papel social tradicionalmente reservado às mulheres.

A incorporação da emancipação feminina à pauta da social-democracia

As inúmeras demonstrações da capacidade de militância e mobilização das mulheres não passaram despercebidas por August Bebel. Contrariando a posição de líderes do Partido Social-Democrata Alemão como Wilhelm Liebknecht (1826-1900)⁵ – para quem o voto feminino, por estar inclinado ao conservadorismo e ao clericalismo, prejudicaria os avanços eleitorais da social-democracia –, Bebel persistiu na missão de salientar a importância do recrutamento das trabalhadoras para o sucesso da luta contra a burguesia. Nesse sentido, dedicou sua principal obra, *A mulher e o socialismo* (1879)⁶, ao tema da emancipação da mulher.

Não obstante a preocupação dirigida por Marx e Engels em relação à dupla exploração da mulher na sociedade capitalista – encontrada em passagens de *Manuscritos econômico-filosóficos*, *O manifesto comunista*, *O capital*, dentre outras obras –, o livro de Bebel representou a primeira produção teórica de particular importância para um enfoque marxista

⁵ Em depoimento escrito em março de 1895, Liebknecht deixa clara a sua enviesada percepção acerca das mulheres, ao relembrar seu contato Marx e sua esposa, Jenny, quando esteve no exílio: “A esposa dele (Marx) exerceu tão forte influência em meu desenvolvimento quanto ele. Minha mãe morreu quando eu tinha três anos, e eu tive uma criação um pouco rígida. Eu não fui acostumado a ter qualquer relação séria com mulheres. E agora eu achei aqui uma mulher intelectual, bonita, generosa que dirigiu a este solitário hóspede, enclachado nas margens do Thames, uma bondade meio-maternal, meio-fraternal” (LIEBKNECHT, 2009).

⁶ Seu livro foi publicado em 1879, embora sua elaboração tenha se iniciado uma década antes, quando seu autor encontrava-se preso, acusado pelo governo alemão de traição por manifestar oposição à guerra franco-prussiana. O livro teve oito edições em onze anos. Até 1909, 50 edições circulavam na Europa.

da questão feminina, justamente por sua ampla difusão e abordagem específica do problema.

O intuito de Bebel consistia não somente em atrair as mulheres para o movimento, mas igualmente difundir os princípios fundamentais do socialismo para as amplas massas trabalhadoras. Desse modo, o autor dividiu sua obra em três partes, contemplando a situação das mulheres no passado (antes e depois do cristianismo), as condições das mulheres no presente e a projeção das transformações operadas dentro de uma futura sociedade socialista.

A influência dos estudos realizados por Engels – publicados inicialmente em artigos e posteriormente reunidos no livro *A origem da família, da propriedade e do Estado*, em 1884 – sobre Bebel é evidente, de modo que este recorre igualmente às ideias propagadas por Morgan⁷ e Bachofen⁸ para traçar uma linha histórica evolutiva da instituição familiar. Assim, identifica a origem da subordinação e opressão sexual das mulheres na passagem de sociedades organizadas com base no direito materno – “gyneocracia” –, para sociedades fundadas no direito paterno:

Com a ordem da propriedade privada, a subjugação da mulher ao homem, as amarras das mulheres foram atadas. Então veio o período de desconsideração e até desprezo da mulher. O reinado do direito materno significou o comunismo, igualdade para todos; o advento do direito paterno representou o reinado da propriedade privada e, com ela, a opressão e escravização da mulher (BEBEL, 1923, p. 30).

Desse modo, a escravidão das mulheres remontaria a uma etapa do desenvolvimento histórico marcada por transformações nos modos de produção e distribuição que produziriam modificações nas relações entre os sexos. Ao apontar o caráter histórico e mutável das instituições, Bebel pretende atacar as concepções estáticas e naturalizadas da família, tão difundidas pela Igreja. Nesse sentido, afirma que “nada é eterno, nem na natureza nem na vida humana” (BEBEL, 1923, p.10), uma vez que cada estágio do desenvolvimento humano possui suas próprias condições de produção e seu próprio código moral (BEBEL, 1923, p.16).

⁷ Lewis Henry Morgan, em *Ancient Society*, divide a história humana em três estágios fundamentais de desenvolvimento social: selvageria, barbárie e civilização, cada um destes caracterizado por formas materiais distintas.

⁸ Bachofen, “Das Mutterrecht”, 1861.

Simultaneamente, o autor almeja sublinhar o fato de que a fonte de toda opressão e dependência social teria suas raízes na dependência econômica do oprimido para com o opressor (BEBEL, 1923, p.9). Na medida em que as regras morais são concebidas como reflexo das condições materiais, Bebel distancia-se da perspectiva de pensadores liberais progressistas, como John Stuart Mill, que atribuem a dominação feminina à permanência de traços característicos de sociedades atrasadas – a “lei do mais forte” – nas instituições e costumes modernos:

esta dependência existente no momento não é uma instituição original, conquistada a partir de considerações de justiça e de conveniência social. É a continuação do estado primitivo de escravidão, através de sucessivas mitigações e modificações provocadas pelas mesmas causas que atenuaram os costumes em geral e colocaram todas as relações humanas sob o controle da justiça e da influência da humanidade (BEBEL, 1923, p.20).

Ainda de acordo com Stuart Mill, em seu livro *A sujeição das mulheres* (1869), a opressão e subordinação das mulheres seriam solucionadas através de uma reforma das instituições, impulsionada pelo princípio da “perfeita igualdade”. Desse modo, a eliminação dos resquícios tradicionais que sustentam a dominação feminina presentes na legislação moderna seria garantida graças à tendência inevitável de “aperfeiçoamento moral da humanidade” (MILL, 2006, p.66):

o curso da história e as tendências progressistas da sociedade humana não proporcionam nenhuma presunção a favor deste sistema de desigualdade de direitos e, ainda, se colocam fortemente contra o mesmo; sendo assim, até onde o curso geral do desenvolvimento humano e o fluxo das tendências modernas garantem qualquer inferência neste assunto, pode-se dizer que esta relíquia do passado está em desacordo com o futuro e deve desaparecer por completo (MILL, 2006, p.33).

Diferenciando-se dessa posição e assumindo um discurso marxista, Bebel rejeita a análise da dominação das mulheres como fato isolado da totalidade sistêmica. Para ele, a questão feminina só poderia ser verdadeiramente compreendida tomando-a como mais um aspecto da questão social geral. Sendo assim, a seu ver, somente a abolição das contradições e dos males do sistema capitalista poderia originar o fim da escravidão salarial e sexual:

Nossa meta é não só alcançar a igualdade entre homens e mulheres sob a ordem social presente, que constitui o objetivo exclusivo do movimento feminino burguês, mas ir além e remover todas as barreiras que fazem um ser humano dependente de outro, o que inclui a dependência de um sexo em relação a outro. Esta solução da questão da mulher é idêntica à solução da questão social. Aqueles que buscam resolver completamente a questão da mulher devem, então, unir-se àqueles que inscreveram em sua bandeira a solução da questão social no interesse de todo o gênero humano – os Socialistas (BEBEL, 1923, p. 6).

Qualquer conquista pontual no âmbito da sociedade capitalista, por mais relevante que seja, não seria extensiva a todos os integrantes do sexo feminino, uma vez que, enquanto membros de uma classe explorada, parte significativa das mulheres continuaria a ocupar uma posição social subordinada e a não desfrutar de uma real igualdade de oportunidades que lhe permitam desenvolver plenamente suas faculdades e potencialidades. Sua completa liberação exigiria, portanto, a conquista de sua emancipação física, intelectual e econômica:

Para a grande maioria das mulheres, não importaria se as feministas burguesas alcançassem o seu objetivo e estabelecessem direitos iguais entre homens e mulheres. Elas ainda não teriam conseguido abolir, para grande parte das mulheres, aquela escravidão sexual que é o matrimônio, em sua forma atual, e a prostituição; elas não aboliriam a dependência econômica das esposas. Para a grande maioria das mulheres é irrelevante se alguns milhares de membros de seu sexo pertencentes às classes mais favorecidas de sociedade, obtenham aprendizagem mais alta e ingressem em alguma profissão mais instruída, como a prática da medicina, a carreira científica e a administração pública. A condição geral do sexo não é alterada como um todo (BEBEL, 1923, p.4).

A saída apontada por Bebel para a questão feminina, com vistas à “redenção e emancipação” de todas as mulheres, residiria na sua compreensão de seu verdadeiro lugar no movimento socialista e sua participação na luta de classes. Assim como as ideias socialistas deveriam penetrar em todas as camadas da sociedade, inclusive em círculos conservadores, também as mulheres, geralmente imbuídas de uma moral tradicional amparada na religiosidade e em “superstições”, deveriam perceber o atrelamento de sua dependência

econômica, subordinação política e baixo status social à exploração de classe promovida no âmbito do modo de produção capitalista. Somente em comunhão de esforço com o proletariado as mulheres atingiriam sua libertação e independência plenas:

A mulher na futura sociedade é socialmente e economicamente independente; ela não é mais submetida a nenhum vestígio de dominação e exploração; ela é livre e, à semelhança do homem, senhora de seu destino. (...) Vivendo sob condições naturais ela é capaz de desenvolver e exercitar suas faculdades e potencialidades mentais. Ela escolhe sua ocupação no campo que corresponder a seus desejos, inclinações e habilidades naturais e ela trabalha em condições idênticas ao homem. (...) Na escolha amorosa, ela, como o homem, é livre e desimpedida. Ela flerta ou é galanteada, e termina o relacionamento seguindo apenas suas próprias inclinações. (...) A este respeito, o socialismo não cria nada de novo, apenas restaura, em um nível mais alto de civilização e sob novas formas sociais, o que prevalecia em um estágio social mais primitivo, antes que a propriedade privada tenha começado a comandar a sociedade (BEBEL, 1923, p. 343).

Inversamente, sob as condições existentes, as mulheres encontrar-se-iam presas a um papel social subordinado, sendo educadas para o cultivo de qualidades frívolas e supérfluas, como o sentimentalismo, a religiosidade, a docilidade, a obediência e a castidade. Assim, desde jovens seriam ensinadas a orientarem suas vidas com vistas ao casamento, de forma a garantir sua segurança econômica futura.

O casamento monogâmico típico da sociedade capitalista seria, então, formado por laços de interesse, dependência e necessidade, em detrimento de laços afetivos, solidários e volitivos. Dessa maneira, embora constitua uma das bases fundamentais da ordem social burguesa, não seria capaz de satisfazer as necessidades reais para um desenvolvimento saudável da sociedade humana. Homens e mulheres forçados à convivência conjugal viveriam vidas desestimulantes e monótonas, estando mais propensos a apresentar enfermidades físicas e mentais. O recurso à prostituição torna-se, então, o complemento da monogamia.

Ao enfatizar as causas sociais da prostituição, não a encarando como uma mera questão moral ou criminal, Bebel eleva-a à categoria de instituição social necessária ao modo de produção capitalista, considerando-a “o reverso da

moeda do casamento”⁹. O autor pronuncia-se contra a hipocrisia com que a sociedade encara tal assunto, bem como contra as ações promovidas pelos governos que implicariam na criminalização das mulheres – condenadas moralmente, submetidas à inspeção sanitária compulsória e agredidas pela polícia – e na vitimização dos homens, cujas “indiscrições” seriam toleradas.

Bebel realiza ainda uma crítica às concepções anunciadas por Lombroso e Ferrero no livro *A mulher como criminosa e prostituta*, que relacionavam a participação feminina em atividades ilegais a uma sua suposta inferioridade natural fisiológica e anatômica. Dessa forma, desconsideravam as condições sociais que levavam as mulheres a recorrerem à prática da prostituição, assim como a influência do lucrativo e organizado comércio de mulheres, acobertado pelas autoridades (BEBEL, 1923, p. 157).

A prostituição se distinguiria da livre relação sexual, pois converteria as mulheres em simples mercadorias, objetos do prazer masculino. Essa forma de exploração feminina tenderia a se intensificar à medida que as crises econômicas se agravassem, lançando cada vez mais trabalhadoras na miséria. Nesse sentido, apenas no contexto da nova sociedade socialista seria possível livrar as relações entre os sexos da esfera da compulsoriedade, ditada pelo casamento ou pela prostituição, e possibilitar a todos o livre exercício da sexualidade.

Segundo Bebel, a sexualidade seria parte essencial da natureza humana, contribuindo para o desenvolvimento da saúde mental e física dos indivíduos. Na medida em que a abstinência e a total repressão dos instintos sexuais poderiam provocar distúrbios, doenças, insanidade e inclusive levar ao suicídio, seria imperativo estimular homens e mulheres a adotarem uma prática sexual saudável, combinada ao autocontrole. Bebel, então, ressalta a importância de implementar a educação sexual de ambos os sexos, através da transmissão do conhecimento da fisiologia e anatomia dos órgãos sexuais e de suas funções (BEBEL, 1923, p. 81).

A despeito de apresentar a sexualidade como parte da natureza humana, conferindo um sentido histórico aos juízos morais, o autor qualifica as relações homossexuais como “não-naturais” (BEBEL, 1923, p. 37). Não obstante, em 1898, Bebel foi um dos poucos membros do Reichstag a conceder

⁹ De acordo com Bebel, na Alemanha, o número de mulheres a se prostituírem chegaria a 180.000. Dentre estas, as taxas de suicídios seria de cerca de 30% e sua expectativa de vida seria de 22 a 25 anos (BEBEL, 1923, p. 159).

apoio à petição de Magnus Hirschfeld e do Comitê Científico Humanitário (wissenschaftlich-humanitäre Komitée) para remover do Código Criminal Alemão o parágrafo 175 (o chamado “estatuto da sodomia”), de modo que a prática sexual entre dois homens adultos acima de 16 anos não fosse considerada crime. Em seu pronunciamento ao Parlamento, no dia 13 de janeiro de 1898, Bebel foi mais além, ao reivindicar que a descriminalização da prática homossexual deveria ser também aplicável às mulheres: “o que é válido para um sexo, deve ser válido para o outro” (BEBEL, 2007, p. 12). Cabe destacar que três anos antes, na ocasião do julgamento de Oscar Wilde, Eduard Bernstein, um dos expoentes da ala revisionista da social-democracia alemã, realizara a defesa similar da prática homossexual, através de artigos no periódico oficial do Partido Social-Democrata *Die Neue Zeit*, nos quais critica a sua caracterização como “anti-natural” (BERNSTEIN, 2007, p.2)¹⁰.

Com base em dados estatísticos Bebel procura confirmar o diagnóstico de Marx e Engels que apontam para a tendência à dissolução da família, tal como concebida pela sociedade burguesa. A entrada crescente de mulheres no mercado de trabalho, a diminuição do número de casamentos e sua dissolução através do divórcio ou da separação de fato e o decréscimo no número de nascimentos seriam indicadores de que a estrutura familiar estaria em deterioração. O fim da “escravização doméstica” pelo casamento, no entanto, só seria realizada na futura sociedade. Nesta o casamento legalmente indissolúvel seria substituído pela união livre e solidária entre iguais. O casamento monogâmico não desapareceria, mas sua existência dependeria exclusivamente da vontade das partes.

Do mesmo modo, a posição da mulher no organismo social como mãe e esposa ganharia novos contornos a partir de sua liberação em relação às tarefas domésticas, convertidas em serviços públicos prestados por profissionais de ambos os sexos. Assim, seriam instituídas creches, jardins de infância, escolas, cozinhas coletivas (que contem com a utilização de princípios científicos na determinação da qualidade nutricional dos alimentos e da higiene na forma de preparo), lavanderias, serviços de limpeza, enfermarias e hospitais.

¹⁰ Em dois artigos da *Die Neue Zeit* (“The judgement of abnormal sexual intercourse” e “On the occasion of a sensational trial”), Bernstein recrimina a visão tradicionalmente conservadora que procura regular a prática sexual dos indivíduos, conferindo um sentido histórico e social às formas de satisfação dos instintos sexuais: “de forma alguma o amor entre homens é sempre o sinal de disposição à corrupção, à satisfação sexual bestial, ou algo parecido. As pessoas que trazem tais concepções posicionam-se ao lado das reacionárias leis criminais, que mesmo os redatores reconhecem estar apoiadas em preconceitos” (BERNSTEIN, 2007, p. 2).

A proteção social das crianças não excluiria a participação dos pais na educação dos filhos, sendo incentivada a sua presença nas juntas escolares e nas demais instituições de ensino. Além disto, na medida em que a sociedade se responsabiliza por propiciar todas as condições necessárias ao desenvolvimento mental, físico e psicológico das crianças – incluindo habitação, saúde, educação, arte, lazer – pais e filhos gozariam de mais tempo livre para o convívio e estabelecimento de uma relação de afeto e respeito.

A educação, preconizada por Bebel, de crianças e adultos deveria ser implementada igualmente para homens e mulheres, de preferência em estabelecimentos mistos. Já que “ambos os sexos são plenamente qualificados para exercitar todos os direitos e deveres que a sociedade exige dos seus membros adultos” (BEBEL, 1923, p. 329), desfrutando das mesmas oportunidades todos seriam livres para seguir suas inclinações e habilidades pessoais:

A vida social no futuro será cada vez mais pública. (...) A vida doméstica será restrita ao que é absolutamente necessário, enquanto que será aberto um vasto campo para a satisfação dos instintos sociais. Espaços para reuniões, assembleias e discussões públicas sobre questões sociais, locais públicos para brincadeiras, leituras e refeições, bibliotecas, salas de concerto e teatros, museus e ginásios esportivos, parques, jardins, casas de banho, instituições educacionais de todo tipo, laboratórios, etc.; tudo isso organizado e equipado da melhor forma possível oferecerá ricas oportunidades para todos os tipos de convívio e para o avanço da arte e da ciência (BEBEL, 1923, p. 332).

Como consequência, seria providenciada a abertura de todas as ocupações a homens e mulheres. Ao contrário do que é verificado sob o modo de produção capitalista – no qual a admissão de mulheres nos vários ramos da indústria tem como resultado a maior competição entre trabalhadores e a intensificação da miséria geral¹¹ –, na sociedade socialista a participação feminina no trabalho social teria como consequência a progressiva libera-

¹¹ Bebel nos mostra um panorama da situação das mulheres no mercado de trabalho em vários países da Europa, apresentando dados que confirmam a diferença salarial entre homens e mulheres e o abuso do número de horas trabalhadas. Na Inglaterra, país mais industrializado da Europa, de 1871 a 1891, o número de mulheres na indústria subiu 20% (3.323.280 para 4.016.230), e de homens 7,9% (8.270.186 para 8.883.254). A média salarial recebida pelas trabalhadoras consistia em menos da metade da masculina, pela execução do mesmo trabalho. As longas horas de trabalho também excediam o máximo trabalhado pelos homens. Na Alemanha, somente em 1981 foi introduzida uma limitação para a jornada de trabalho feminino, que não deveria exceder o máximo de 11 horas (BEBEL, 1923, p. 169–76).

ção coletiva dos trabalhos mais árduos e o avanço em termos da criação, inventividade e competências humanas.

Os esforços de Bebel para colocar a questão da emancipação feminina em evidência e vencer os preconceitos existentes dentro do próprio movimento operário produziu resultados. Seu livro desempenhou um grande papel na elaboração do Programa de Erfurt do Partido Social-Democrata Alemão, aprovado em outubro de 1891, que passou a estabelecer como princípio o fim das desigualdades entre sexos:

O Partido Social-Democrata da Alemanha não luta, portanto, por novos privilégios de classe, mas pela supressão da dominação de classe e das próprias classes, e por direitos iguais e deveres iguais de todos, sem exceção de sexo nem de raça. Partindo destas ideias, combate na sociedade presente não só a exploração e a opressão dos trabalhadores assalariados, mas qualquer espécie de exploração e de opressão, seja ela dirigida contra uma classe, um partido, um sexo ou uma raça” (MARX, ENGELS e LENIN, 1971, p. 95-6).

Além disso, o programa inclui entre os objetivos imediatos do partido o “sufrágio universal igual, direto e secreto para todos os membros do Império com mais de vinte anos, sem distinção de sexo”, e a “abolição de todas as leis que, do ponto de vista do direito público e privado, colocam a mulher em estado de inferioridade em relação ao homem” (MARX, ENGELS e LENIN, 1971, p. 95-6).

No prefácio ao livro *O programa socialista*, publicado em 1892, Karl Kaustky, um dos responsáveis pela formulação do novo programa¹², reconhece a influência do livro de Bebel para a reorientação programática da social-democracia. *A mulher e o socialismo* é colocado, assim, no mesmo nível de importância de obras como o *Manifesto comunista*, *O capital*, *A situação da classe operária na Inglaterra*, *Socialismo utópico e socialismo científico* e *A origem da família, da propriedade e do Estado* (KAUTSKY, 1983, p. IV).

A análise de Bebel acerca da dissolução da família burguesa e da emergência de um novo modelo familiar fundado na igualdade entre homens e mulheres, no qual “o amor ideal” passe a formar “a base de toda união”, teve especial repercussão entre as mulheres (KAUTSKY, 1983, p. 39). Contudo, a ideia de que a mulher passaria a assumir o papel de livre companheira,

¹² O Programa foi realizado conjuntamente com Eduard Bernstein.

emancipada não somente do serviço doméstico, mas ainda da sujeição ao capital, podendo dispor autonomamente de si mesma e perseguir sua felicidade pessoal, foi recebida com desconfiança por diversos grupos no interior da social-democracia. Alguns, como Daniel De Leon (1852-1914), fundador do Partido Trabalhista Socialista (Socialist Labor Party), encararam o trabalho de Bebel como um ataque à instituição do casamento monogâmico. No prefácio à edição americana de 1903, De Leon alerta para os perigos de que a rejeição a tal instituição leve à promiscuidade. Embora seja um defensor da extensão do direito ao divórcio (DE LEON, 1912), o autor advoga a reabilitação do casamento monogâmico através da lenta “aquisição de forças morais de afeição paternal” (DE LEON *apud* BEBEL, 1923, p. V).

As análises de Bebel transcenderam as discussões dentro do partido e passaram a compor o arsenal teórico de inúmeras tendências feministas. Não obstante o reconhecimento de sua relevância, diversas críticas foram levantadas ao longo do tempo acerca de sua exposição.

Algumas feministas marxistas contemporâneas, como Zuleika Alambert, argumentam que “a libertação da mulher é descrita por ele de modo estático, no interior da sociedade socialista, que, segundo ele, nascerá depois da revolução” (ALAMBERT, 1986, p. 94). A seu ver, Bebel teria insinuado que “liquidada a sociedade classista, o proletariado oferecerá numa bandeja às mulheres a sua libertação” (ALAMBERT, 1986, p. 42). Outras autoras como Andréa Nye defendem a ideia de que ele teria reforçado o papel das mulheres como mães e donas de casa, uma vez que “haverá sempre prontamente guardiãs, professoras, companheiras e meninas que as ajudariam” (NYE, 1995, p. 64).

Tais críticas carecem de sentido e podem resultar de uma leitura superficial ou pouco atenta dos escritos de Bebel. Embora deva-se reconhecer os enganos proporcionados principalmente a partir da incorporação de uma visão antropológica evolucionista, não se pode negar que o intento principal de Bebel consistia em incitar o empoderamento das mulheres trabalhadoras e estimular sua participação política. Ao anunciar abertamente que “é um absurdo direcionar a mulher para a vida doméstica” (BEBEL, 1923, p. 176) e prescrever a necessidade da completa igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, Bebel destaca a importância de que a mulher passe a compartilhar da vida pública e das questões políticas e sociais, retirando-se

do confinamento do lar. Da mesma forma, incentiva a que busquem ocupar seus lugares nos sindicatos e partidos, uma vez que “as mulheres devem esperar tanto a ajuda dos homens quanto os trabalhadores dos capitalistas” em relação à sua emancipação (BEBEL, 1923, p. 121).

Sob esse prisma, não se deve menosprezar o valor representado pelo legado teórico de Bebel. Sua ênfase no princípio de que “não pode haver emancipação humana sem a independência social e a igualdade entre os sexos” (BEBEL, 1923, p. 6) contribuiu inegavelmente para o fortalecimento da atuação política das mulheres no âmbito do movimento operário e para o reconhecimento de sua importância.

A relevância das contribuições de Bebel para a formação de um movimento feminino organizado no interior da social-democracia foi expressa por Klara Zetkin, uma das mais proeminentes lideranças feministas da social-democracia alemã, ao concluir a respeito do livro de Bebel:

Este livro não deve ser julgado de acordo com seus aspectos positivos ou suas falhas. Ao contrário, deve ser julgado dentro do contexto da época em que foi escrito. Era mais que um livro, era um acontecimento – um grande feito. O livro mostrou pela primeira vez a conexão entre a questão das mulheres e desenvolvimento histórico. Pela primeira vez, soou deste livro o apelo: Nós só conquistaremos o futuro se nós persuadirmos as mulheres a se tornarem nossas co-lutadores. Ao reconhecer isso, eu não falo como uma mulher, mas como uma camarada do partido (ZETKIN, 2007).

Embora a “questão feminina” fosse objeto de muita controvérsia, sua incorporação nos partidos social-democratas tornou-se geral por volta do início do século XX, impulsionada por inúmeros avanços obtidos por intermédio da construção de um movimento feminino no interior da social-democracia. Sendo assim, ganha destaque a relevante atuação das próprias mulheres, no interior da social-democracia, na formulação de formas de organização e ação no sentido da defesa da redefinição radical de poder nos espaços público e privado como parte de um projeto de refundação da sociedade sobre novas bases, de forma a eliminar todas as formas de opressão e superar relações sociais hierarquizadas construídas historicamente, típicas da sociedade patriarcal capitalista.

A constituição de um movimento feminino revolucionário parcialmente autônomo

Como foi visto, para Bebel, a luta pelo sufrágio universal e pela extensão dos direitos políticos às mulheres seria um caminho importante para sua educação política e sua adesão ao socialismo. Contudo, Bebel não teria conseguido vislumbrar, na ocasião da redação de seu estudo, o significativo papel de organização e liderança que as mulheres viriam a desempenhar no interior do movimento social-democrata. Tal transformação começa a se tornar aparente na Alemanha na década de 1890, a partir dos esforços de personalidades como Klara Zetkin e Rosa Luxemburg.

Reagindo ao crescimento de associações de mulheres de caráter burguês e reformista, Zetkin orientou seus trabalhos dentro do Partido Social-Democrata Alemão para a criação de estratégias específicas de organização das massas de mulheres trabalhadoras. Seu objetivo era evitar o deslocamento da luta de classes para uma “batalha de sexos”, o que obscureceria a dominação de classe e impossibilitaria a solidariedade entre homens e mulheres trabalhadores:

A mulher proletária luta de mãos dadas com o homem de sua classe contra a sociedade capitalista. Seguramente, ela concorda também com as demandas do movimento das mulheres burguesas, mas ela considera o cumprimento destas demandas simplesmente como meios para permitir que aquele movimento entre na batalha equipado com as mesmas armas, ao lado do proletariado. (...) A concessão da igualdade política às mulheres não muda o equilíbrio de forças atual. A mulher proletária termina junto ao proletário, e a mulher burguesa no campo burguês. Nós não devemos nos deixar enganar pelas tendências socialistas dentro do movimento das mulheres burguesas que só duram enquanto as mulheres burguesas se sintam oprimidas (ZETKIN, 2007).

A atuação de Zetkin nos Congressos da Segunda Internacional fez sua influência transcender os limites do SPD, levando os demais partidos social-democratas a reconhecerem a luta pela igualdade entre os sexos como uma das metas imediatas a ser alcançada – a despeito da objeção levantada pela delegação austríaca, encabeçada por Victor Adler, que defendia relegar o sufrágio feminino a alvo a ser perseguido exclusivamente pelas mulheres.

De grande importância foi também sua campanha pela criação de uma organização de mulheres operárias dentro do partido e pela difusão das

ideias socialistas através de jornais e periódicos produzidos e destinados às mulheres trabalhadoras:

Nosso pensamento norteador deve ser: nós não devemos conduzir uma propaganda específica para mulheres, mas sim realizar a militância socialista entre mulheres. Os interesses insignificantes, momentâneos, do “mundo feminino”, não devem ser considerados. Nossa tarefa deve ser incorporar a mulher proletária moderna em nossa luta de classe! (...) A propaganda para mulheres tem que tocar em todas as questões que são de grande importância ao movimento proletário geral. Realmente, a tarefa principal é despertar a consciência de classe das mulheres e as incorporar na luta de classe (ZETKIN, 2007).

Como diretora do *Die Gleichheit*, Zetkin pôde mobilizar grupos de trabalhadoras para a militância socialista, organizar conferências internacionais de mulheres socialistas – em 1907, 1910 e 1914 – e promover uma maior participação destas nos congressos do partido. Além disso, tornou-se dirigente do Secretariado Internacional das Mulheres Socialistas.

A expansão da organização política feminina dentro da social-democracia foi saudada igualmente por Rosa Luxemburg. Como analisara Rosa, a luta da classe proletária ampliou os horizontes das mulheres trabalhadoras, “tornando suas mentes flexíveis, desenvolvendo seu pensamento e apontando para o grande objetivo a que deveriam dirigir seus esforços” (LUXEMBURG, 2007)¹³.

Dessa forma, segundo a autora, o socialismo teria conseguido proporcionar o “renascimento” da massa de mulheres proletárias. Tal renascimento implicaria o questionamento da posição ocupada pela mulher na sociedade burguesa, a ruptura com os valores tradicionais religiosos e patriarcais, a rejeição da moral burguesa, o reconhecimento do seu direito de voto, associação e expressão, o anseio pela conquista de sua independência econômica e a luta pela construção de sua individualidade através do seu livre desenvolvimento intelectual e profissional.

Ao colocarem em questão as relações de gênero e de classe presentes na ordem burguesa partindo em defesa da reformulação do papel feminino, uma nova concepção de mulher passou a emergir. Michelle Perrot aponta algumas especificidades dessas mulheres, que, em sua visão

¹³ Discurso de 12/05/1912.

não são nem passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam, não bastam para contar a sua história (...). Afirmam-se por outras palavras, por outros gestos. Na cidade, até mesmo na fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que frustram a racionalidade do poder e estão diretamente enxertadas em seu uso próprio do espaço e do tempo (PERROT, 2005, p. 222).

A revolucionária russa Alexandra Kollontai foi uma das primeiras teóricas a identificar o surgimento, nas décadas de 1870 e 1880, desse novo tipo de mulher, forjado “na luta pesada da necessidade vital”, cujo perfil psicológico diferiria completamente dos anteriormente conhecidos: “uma mulher com novas necessidades e emoções, plena de luminosidade e encanto” (KOLLONTAI, 2005, p. 44). Essas mulheres enfrentariam “a velha e decadente ordem da vida”, através da ação, da luta e do “trabalho construtivo” (KOLLONTAI, 2005, p.173). Desse modo, criariam condições para a conquista de sua completa independência e para a livre formação de sua personalidade, com base no princípio da camaradagem e da solidariedade.

Segundo Kollontai, as transformações operadas no interior da sociedade capitalista e a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho teriam levado à adaptação das mulheres trabalhadoras às novas condições de existência, exigindo-lhes a incorporação de valores considerados “masculinos” – como firmeza, decisão e energia. Sendo assim, as “virtudes femininas” – passividade, submissão, doçura – que lhes foram inculcadas durante séculos, tornar-se-iam agora completamente supérfluas, inúteis e prejudiciais. A dura realidade exigiria outras qualidades das mulheres trabalhadoras (KOLLONTAI, 2005, p.17).

As mulheres trabalhadoras constituiriam, então, uma vanguarda, integrando em suas fileiras representantes das diversas camadas sociais, que clamavam por independência econômica, autonomia e individualidade. Portanto, “as mulheres do novo tipo, celibatário e independente, ao se libertarem, libertam o espírito agrilhado durante séculos, de outras mulheres ainda submissas” (KOLLONTAI, 2005, p.19):

Ao arrancar do lar, do berço, milhares de mulheres, o capitalismo converte essas mulheres submissas, escravas obedientes dos maridos, num exército que luta pelos seus próprios direitos e pelos direitos e interesses da comunidade humana. Desperta o espírito de protesto e educa a vontade. Tudo isto contribui para que se desenvolva e fortaleça a individualidade da mulher (KOLLONTAI, 2005, p.20).

O despertar da consciência da comunidade de interesses constituiria laços sentimentais e espirituais entre os membros da classe trabalhadora, uma sensibilidade recíproca que se manifestaria através de uma “unidade de ação e de vontade na criação comum”. Desse modo, a “tarefa da ideologia proletária não é, pois, separar das suas relações sociais o amor, mas dar-lhe novo colorido. Ou seja, visa desenvolver o sentimento do amor entre os sexos, baseado na mais nova e poderosa força: a solidariedade fraterna” (KOLLONTAI, 2005, p. 158).

As “novas mulheres revolucionárias” – originadas de diferentes classes sociais, porém firmemente engajadas na causa proletária – possuiriam, assim, visão de mundo e prática política substancialmente distintas das gerações passadas, estando imersas na luta revolucionária como legítimos sujeitos do processo histórico. Nesse sentido, a tarefa fundamental da social-democracia deveria consistir na mobilização do potencial transformador dessas mulheres com vistas ao objetivo revolucionário. Assim, a conscientização e organização das mulheres seria condição *sine qua non* para a vitória do movimento operário, uma vez que retiraria da burguesia seu derradeiro recurso: a exploração capitalista de sua “última vítima indefesa”¹⁴:

O novo tipo de mulher, que é interiormente livre e independente, corresponde, plenamente, à moral que elabora o meio operário no interesse de sua própria classe. A classe operária necessita, para a realização de sua missão social, de mulheres que não sejam escravas. Não quer mulheres sem personalidade, no matrimônio e no seio da família, nem mulheres que possuam virtudes femininas – passividade e submissão. Necessita de companheiras com uma individualidade capaz de protestar contra toda servidão, que possam ser consideradas como um membro ativo, em pleno exercício de seus direitos, e, conseqüentemente, que sirvam à coletividade e à sua classe (KOLLONTAI, 2005, p.18).

Contudo, a libertação feminina ainda enfrentaria sérios obstáculos para sua concretização. As dificuldades enfrentadas pelas mulheres na Rússia não eram diferentes do resto da Europa. O alto grau de sua dependência e sua subordinação no âmbito familiar vinculavam-se a tradições e costumes arraigados à cultura e à religião, particularmente entre a população camponesa.

¹⁴ Discurso proferido por Alexandra Kollontai em Stuttgart (1907), na “Primeira Conferência de Mulheres Socialistas” Cf. <www.marxists.org>.

A condição feminina era igualmente retratada no Código Russo de 1836, que dispunha expressamente: “A mulher deve obedecer ao marido, residindo com ele com amor, respeito e obediência ilimitada, oferecendo a ele toda afabilidade e afeição como chefe da família” (STITES, 1978, p.6).

Outrossim, o controle sobre as mulheres e seu confinamento à vida doméstica determinou a procrastinação de sua aceitação em escolas e universidades¹⁵. Embora o acesso à educação básica e superior tenha sofrido uma ampliação nas últimas décadas do século XIX, o conteúdo direcionado às alunas orientava-as para ocupações concebidas como “femininas” – como enfermagem, a assistência em partos e o magistério. A maternidade e a realização de tarefas domésticas ainda eram vistas como deveres primordiais.

Mesmo entre homens e mulheres adeptos da causa socialista, a emancipação da mulher aparecia com frequência como questão menor, ou mesmo irrelevante, dentre aquelas relacionadas na pauta do partido. Como lembra Kollontai em sua autobiografia, referindo-se à época de eclosão da primeira revolução na Rússia:

Ainda naquele período eu percebi quão pouco nosso partido se preocupava com a sorte das mulheres da classe trabalhadora e quão pequeno era o seu interesse na libertação feminina. (...) Foi muito difícil ganhar meus companheiros para essa ideia. Eu estava completamente isolada com minhas ideias e demandas (KOLLONTAI, 2007, p. 37-38).

A luta de Kollontai para incluir a questão feminina como um dos objetivos da luta no programa social-democrata tinha implicações práticas bem claras. Para a autora, a indiferença de socialistas em relação ao despertar da consciência política das mulheres abriria caminho para a sua cooptação por organizações femininas de caráter burguês – tais como a Aliança por Igualdade das Mulheres e o Partido Progressista Feminino na Rússia –, puramente dedicadas à reivindicação de mudanças parciais na legislação¹⁶.

¹⁵ Até a década de 1860, escolas secundárias e instituições para meninas eram escassas e reservadas à aristocracia – às filhas de oficiais do exército e da burocracia. Esses institutos foram inicialmente criados por Catarina II, em 1764, através da fundação da “Sociedade para o Treinamento de Meninas Bem-Nascidas” (STITES, 1978, p.4).

¹⁶ Outras formas de organização de caráter filantrópico e assistencialista criadas por mulheres oriundas da burguesia ou da aristocracia foram criadas ao longo do século XIX. Embora não tivessem o intuito de promover reformas políticas, defendiam a concessão de benefícios sociais e políticas públicas voltadas para o atendimento de mulheres pobres e “contenção” da prostituição (STITES, 1978).

Os apelos das “feministas burguesas” à união de todas as mulheres, independentemente de sua condição social, em prol da extensão do sufrágio e ampliação de direitos civis e políticos, segundo Kollontai, somente encobriria os profundos laços de exploração vinculados à estrutura econômica e social capitalista responsáveis pela opressão das mulheres trabalhadoras. Em lugar de colocar em questão as bases sociais da exploração, dependência e submissão femininas, as “feministas” e *suffragettes* reduziram a luta à conquista da igualdade formal e da assunção de uma posição mais confortável, principalmente para as mulheres oriundas das classes privilegiadas, dentro de um sistema opressivo e desigual:

Para a maior parte das mulheres do proletariado, direitos iguais aos dos homens significaria apenas uma igual divisão na iniquidade, mas para as “poucas escolhidas”, para as mulheres burguesas, abriria as portas para direitos e privilégios sem precedentes que até hoje têm sido desfrutados somente pelos homens burgueses. Mas cada nova concessão ganha pelas mulheres burguesas daria a elas uma nova arma para a exploração de suas jovens irmãs e aumentaria a separação entre as mulheres dos dois campos sociais opostos (KOLLONTAI, 1984).

No entanto, a ênfase no objetivo final revolucionário não representaria a renúncia à mobilização por reformas parciais que elevassem o status e a condição das mulheres trabalhadoras, mesmo nos estreitos limites do sistema burguês. Ao contrário, Kollontai percebe esses avanços como meios importantes para a intensificação da luta de classes com vistas à real aquisição de direitos iguais, liberdade, autodeterminação, harmonia e justiça – algo inatingível sob o regime de produção capitalista. Para tanto, a luta não poderia se dar “em oposição aos homens”, mas sim pela atuação conjunta e solidária de homens e mulheres proletários, unidos em função de sua consciência de classe.

A atuação política de Kollontai, portanto, revelou-se essencial para a organização sistemática das mulheres no interior da social-democracia russa. Em 1907, tal esforço vê-se materializado na Conferência Internacional das Mulheres Socialistas e na constituição do “Clube das Mulheres Trabalhadoras”. As participantes desse grupo posicionavam-se criticamente tanto em relação às feministas burguesas quanto em relação aos entraves à sua ação encontrados dentro das próprias organizações operárias. Desse modo, as

socialistas conseguiram apresentar-se como grupo autônomo e distinto no Congresso de Mulheres da Rússia, convocado pelas sufragistas burguesas em 1908, demarcando, nas palavras de Kollontai, “uma clara linha entre as sufragistas burguesas e o movimento de libertação feminina da classe trabalhadora na Rússia” (KOLLONTAI, 2007, p. 40).

Convém ressaltar que o paradigma da “nova mulher revolucionária”, representante da nova postura assumida por grupos de mulheres no final do século XIX e início do século XX, atingiu seu auge na Rússia durante a primeira década do século XX. A organização das mulheres e sua ampla adesão a greves e ações de massa¹⁷ que se tornaram notórias nos anos de 1905 e 1906 (KOLLONTAI, 1984), intensificaram-se ainda mais. A negação do direito ao voto feminino para as eleições da Duma não esmaeceu o ímpeto transformador das organizações socialistas feministas emergentes, que passaram a avivar sua atuação, constituindo-se como um movimento de massas.

Kollontai teve importante participação nesse projeto, através de sua atividade jornalística¹⁸ e militante, intensificada nos anos em que passa no exílio, de 1908 até 1917, tendo estabelecido contato com os movimentos socialistas da Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, Suíça, Itália, Dinamarca, Noruega e Estados Unidos, entre outros países.

A partir de 1914 e a deflagração da Primeira Guerra Mundial, o movimento das mulheres trabalhadoras pode florescer com maior vigor e energia. A militância contra a guerra e a entrada de grande número de mulheres no mercado de trabalho propiciou maior engajamento e crítica em relação à condição da mulher na sociedade capitalista e sua dupla exploração, na esfera doméstica e laboral. Dois periódicos destinados às mulheres trabalhadoras foram lançados, e em 8 de março de 1914 foi realizado o Congresso Internacional de Mulheres Trabalhadoras.

A Revolução de 1917 testemunhou uma nova onda de radicalização das mulheres, que conseguiram levar adiante um extenso rol de reivindicações vinculadas à questão de gênero. Nesse contexto, uma vez vitoriosa a revolu-

¹⁷ As atribuições das militantes perpassavam todas as esferas de atuação do partido. As mulheres assumiam desde tarefas nas cozinhas e refeitórios montados para os sindicalistas, até funções de espionagem e de combate armado (STITES, 1978).

¹⁸ É importante destacar o papel exercido nesse período por dois jornais direcionados às mulheres trabalhadoras: o *Rabotnitsa*, publicado pelos bolcheviques, e o *Golos Rabotnitsy*, editado pelos mencheviques.

ção, tratava-se não apenas de concretizar seus ideais de igualdade, há muito tempo prometidos, mas também de expandir o movimento das mulheres trabalhadoras no âmbito internacional, como forma de auxiliar a propagação da revolução socialista nos demais países da Europa.

O papel desempenhado por Kollontai durante os primeiros anos da revolução, seja através de sua nomeação como Comissária do Povo para o Bem-Estar Social (1918-1922)¹⁹, seja pela organização política das mulheres no Primeiro Congresso de Mulheres Trabalhadoras de toda a Rússia (1918) e criação do *Zhenotdel* – seção feminina do Partido Comunista –, foi fundamental para o reconhecimento dos direitos e liberdades das mulheres. Tratava-se, portanto, de estimular e promover a participação política das mulheres na vida pública e na formulação dos projetos sociais. Nesse sentido, corroborava o entendimento de Lênin que, em discurso de 22 de fevereiro de 1920, observou:

Existe uma longa distância entre igualdade na lei e igualdade na vida; para que as mulheres trabalhadoras alcancem a igualdade em relação aos homens é fundamental que cada vez mais tomem parte na administração dos negócios públicos e do Estado. (...) o proletariado não conseguirá alcançar a completa liberdade a não ser que alcance a completa liberdade para as mulheres (LÊNIN, 2007, p. 2).

Segundo Kollontai, a Revolução Russa de 1917 teria inaugurado uma nova etapa da história da humanidade. Com efeito, apenas entre 1917 e 1930, foram criados 301 decretos e resoluções do partido concernindo à mulher – incluindo a legislação sobre o divórcio, o casamento civil, a igualdade entre marido e mulher, a igual remuneração para ambos os sexos, o acesso da mulher à terra, a legalização do aborto, além do Código de Família Russo, de 1926, que introduzia o reconhecimento dos casamentos *de facto* e a igualdade de condições entre filhos legítimos e ilegítimos (ELEY, 2005, p. 229)²⁰. Além disso, foram concebidos projetos de proteção à maternidade e

¹⁹ Como resalta Kollontai, dentre as atribuições do Ministério incluíam-se: “todo o programa de assistência aos mutilados de guerra (...), o sistema de pensão em geral, casas para crianças abandonadas, casas para os idosos, orfanatos, hospitais para os necessitados, as oficinas de manufatura de próteses, a administração de fábricas de baralho, o sistema educacional, hospitais clínicos para mulheres. Além de toda uma série de institutos educacionais para meninas (...)” (KOLLONTAI, 2007, p. 65).

²⁰ Cabe notar que o Terceiro Congresso em junho de 1921 aprovou diversas resoluções sobre o tema, dispostas na forma de tarefas dos partidos membros. No Quinto Congresso, em 1924, foi adotado um programa de “igualdade total entre homens e mulheres perante a lei e na vida social; de reforma radical da legislação sobre o casamento e a família” (THERBORN, 2006, p.129).

à infância, incluindo a concessão de benefícios sociais e a criação de creches. A profundidade de tais mudanças, para a autora, só poderia ser produto de um processo revolucionário, pois “somente as frescas tempestades revolucionárias” seriam “fortes o bastante para varrer velhos preconceitos contra a mulher e somente as pessoas com trabalho produtivo podem igualar e liberar completamente a mulher, construindo uma sociedade nova” (KOLLONTAI, 2007, p.80).

Embora Kollontai (1984) saudasse com otimismo as mudanças introduzidas pelo governo revolucionário quanto aos direitos da mulher, suas ideias referentes à transformação do matrimônio e da moral sexual e à dissolução da família como “unidade isolada econômica e emocionalmente” não chegaram a ser concretizadas. Como observara a autora,

no fim das contas, havia ainda a tarefa infinda, a libertação das mulheres. As mulheres, é claro, tinham recebido todos os direitos, mas na prática viviam ainda sob a velha opressão: sem autoridade na vida familiar, escravizadas por mil tarefas domésticas, carregando todo o fardo da maternidade, mesmo os cuidados materiais, porque agora muitas mulheres conheciam a vida desacompanhada, em consequência da guerra e de outras circunstâncias (KOLLONTAI, 2007, p.71).

Para a revolucionária, o Estado deveria assumir gradualmente os encargos e tarefas de educação e manutenção das crianças, liberando as mulheres do serviço doméstico. Sendo assim, caberia aos soviets contribuir igualmente para a promoção entre as mulheres da consciência da luta por direitos iguais, envolvendo-as no trabalho comunal e nas questões públicas do Estado.

Em seu livro *A nova mulher e a moral sexual*, escrito em 1918, Kollontai realizara uma contundente crítica à moral burguesa ainda prevalecente na mentalidade de homens e mulheres russos. Segundo a autora, resquícios das velhas concepções prender-se-iam ao espírito feminino que busca sua libertação, de modo que o antigo e o novo se encontram em contínua hostilidade na alma da mulher. Desse modo, seria preciso romper com a mentalidade patriarcal e erigir o amor e a sexualidade sobre novas bases: igualdade, respeito mútuo, companheirismo e solidariedade. Seria, portanto, tarefa da revolução promover as imprescindíveis mudanças nos costumes e na moral, de acordo com os princípios da cultura proletária. Assim,

a reeducação da psicologia da mulher, necessária às novas condições de sua vida econômica e social, não pode ser realizada sem luta. Cada passo dado nesse sentido provoca conflitos, que eram completamente desconhecidos das heroínas antigas. São esses conflitos que inundam a alma da mulher, os que pouco a pouco chamam a atenção dos escritores e acabam por converter-se em manancial de inspiração artística. A mulher transforma-se gradativamente. E de objeto da tragédia masculina converte-se em sujeito de sua própria tragédia (KOLLONTAI, 2005, p. 21-22).

As mulheres celibatárias procurariam conscientemente substituir o sentimentalismo exagerado pela autodisciplina, a submissão e anulação de sua personalidade pela apreciação da liberdade e independência, a sua “hipócrita máscara de pureza” pela busca pela satisfação sexual, a sua condição de sombra ou reflexo do homem pela afirmação da sua individualidade. Para tanto, seria preciso

que se abram para a mulher as múltiplas portas da vida. É preciso endurecer o seu coração e forjar a sua vontade. Já é hora de ensinar à mulher a não considerar o amor como a única base da sua vida e sim como uma etapa, como um meio de revelar seu verdadeiro eu (KOLLONTAI, 2005, p.39).

Somente a nova sociedade socialista, edificada sobre o princípio da camaradagem, da colaboração e da solidariedade, seria capaz de desenvolver “o potencial de amor”. Logo, a ideologia proletária procuraria educar e reforçar em cada um dos membros da classe operária sentimentos de empatia diante dos sofrimentos, das necessidades dos seus camaradas de classe, estimulando a sua união com outros membros da coletividade e a difusão do amor (em sentido amplo) enquanto sentimento que une os indivíduos e reforça laços coletivos:

Amar sempre, amar profundamente, em todos os momentos da nossa vida, amar sempre e cada vez com maior abnegação, é o destino de todo grande coração. O amor em si é uma grande força criadora. Engrandece e enriquece a alma daquele que o sente, tanto como a alma de quem o inspira. Se a humanidade não tivesse amor, sentir-se-ia roubada, deserdada e desgraçada. O amor será seguramente o culto da humanidade futura (KOLLONTAI, 2005, p.36).

Dessa mesma forma, o casamento deveria ser visto como uma união livre de iguais, unidos por laços de companheirismo e afinidade. A transfor-

mação fundamental da psicologia humana e seu enriquecimento “no potencial do amor” converteriam as relações entre os sexos em relações impregnadas de verdadeiro amor, dotadas de uma afinidade real, isto é, em uniões sexuais que nos tornariam efetivamente felizes, sem consumir-nos as energias criativas por completo. Kollontai visa, portanto, a superação do individualismo grosseiro, do egocentrismo e da instrumentalização do outro, promovidos pela moral burguesa, seja através do casamento, seja através da prostituição. Seriam reconhecidas todas as formas de união entre os sexos, embora a forma fundamental de relação continuasse baseada na união monogâmica dissolúvel, fundada no amor verdadeiro, no concubinato ou na monogamia sucessiva.

Para tanto, educar-se-ia e preparar-se-ia a psicologia humana para o verdadeiro amor através do “amor-jogo” ou “amizade erótica”, fundado na simpatia mútua, atenção, delicadeza e atitude solícita em relação ao outro. Os indivíduos permaneceriam unidos por inumeráveis laços sentimentais e psíquicos. A nova sociedade apresentar-se-ia, assim, como coletivista também em seu espírito e suas emoções, caracterizada pela união feliz e relações fraternais entre os membros da coletividade trabalhadora. O amor, portanto, ocuparia um lugar de honra, como sentimento capaz de enriquecer a felicidade humana:

Quanto mais numerosos são os fios que se estendem entre as almas, entre os corações e as inteligências, mais solidez adquire o espírito de solidariedade e com maior facilidade pode-se realizar o ideal da classe operária: camaradagem e união (...). O ideal de amor da classe operária está baseado na colaboração no trabalho, na solidariedade de espírito e da vontade de todos os membros, homens e mulheres, e distingue-se, portanto, de modo absoluto da noção que tinham do amor as outras épocas da civilização (KOLLONTAI, 2005, p.124-5).

Desse modo, Kollontai eleva ao plano fundamental nas relações afetivas a “afinidade moral” e a “compreensão entre dois seres”. Embora não descarte a importância da atração física e das paixões, defende a substituição do “cego fator fisiológico” pelo “novo fator criador”, da camaradagem e da solidariedade. Longe da “escravização dos sentimentos” e da concepção de propriedade que prevalece na ideologia burguesa por intermédio de seu “código de virtude sexual”, o amor livra-se, assim, de seus grilhões para poder expressar-se com plena e absoluta liberdade, tanto fisicamente quanto espiritualmente.

Os postulados da nova moral proletária enunciados por Kollontai, no entanto, não foram bem acolhidos pelos membros do partido. Como revela em suas lembranças, “minhas teses, minhas ideias sobre sexo e moral, foram amargamente combatidas por muitos camaradas do partido de ambos os sexos” (KOLLONTAI, 2007, p. 75). Paulatinamente, portanto, Kollontai viu-se afastada de seu papel como liderança política e de sua atividade militante junto às organizações femininas.

Considerações finais

A forte resistência encontrada no meio operário à incorporação das mulheres refletiu não apenas o apego a valores tradicionais e a preocupação com a dissolução ou arrefecimento dos laços familiares, mas, sobretudo, uma reação ao que representaria um rebaixamento quase generalizado dos salários. Com efeito, além da miséria, exploração e reificação, típicas da sociedade burguesa, as trabalhadoras enfrentavam ainda a tirania familiar e os entraves impostos por relações de dependência material, política e psicológica.

Tal situação conduziu a uma forma particular de inserção das mulheres nas fileiras do movimento operário. Ao mesmo tempo em que procuravam engajar-se nos órgãos e instituições de classe, exigindo a inclusão de suas demandas à pauta reivindicatória, constituíam grupos exclusivamente femininos que se debruçavam sobre questões específicas de gênero. Assim, as mulheres forjaram múltiplas estratégias de resistência com vistas à assunção de um papel mais ativo e significativo no interior do movimento operário.

Essa orientação manifestou-se, inclusive, no cerne do movimento socialista, amparando-se no princípio segundo o qual a luta pela emancipação da mulher seria indissociável da luta de classes, pois aquela seria parte integrante de um projeto mais amplo e radical de igualdade que visa acabar com todas as formas de opressão. As “novas mulheres revolucionárias” constituíram, então, uma vanguarda participativa e inovadora dentro dos movimentos revolucionários, que pressionaram no sentido de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Nessa perspectiva, a emergência do paradigma da “nova mulher revolucionária” contribuiu de modo significativo para a contestação do caráter passivo e conservador tradicionalmente atribuído às mulheres nos meios operários, demonstrando sua imprescindibilidade para o sucesso não somente da batalha contra a opressão masculina, mas igualmente para o da luta anti-capitalista.

Desse modo, todo o esforço de conscientização e organização realizado pelas militantes no final do século XIX e início do século XX resultou no reconhecimento – tardio, porém indispensável – por parte dos partidos social-democratas da importância da mobilização do potencial transformador dessas mulheres com vistas ao objetivo revolucionário. Caminhando no mesmo sentido, os estudos contemporâneos que avaliam a força e o impressionante processo de expansão da social-democracia clássica tendem cada vez mais a não desmerecer a experiência e o legado fornecido pelo feminismo revolucionário através da articulação da luta de gêneros com e a luta de classes. Convém, no entanto, relembrar igualmente os obstáculos enfrentados e as principais tentativas práticas e teóricas produzidas no intuito de vencer as resistências à inserção da questão feminina no âmbito da social-democracia.

Referências Bibliográficas:

- ALAMBERT, Zuleika. 1986. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel.
- BEBEL, August. 1923. *Woman under socialism*. New York: New York Press.
- _____. “Discurso na 16ª Sessão do Reichstag, de 13 de Janeiro de 1898”. [On line]. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em janeiro de 2007.
- BERNSTEIN, Eduard. “The judgement of abnormal sexual intercourse”. *Die Neue Zeit*, 1895, v.2, p.228-233. [On line]. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em janeiro de 2007.
- _____. “On the occasion of a sensational trial”. *Die Neue Zeit*, 1895, v.2, p.228-233. [On line]. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em janeiro de 2007.
- CASTRO, Mary Garcia. 2000. “Marxismo, feminismo e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais”. *Crítica Marxista*. nº 1, pp. 98-108.
- CLIFF, Tony. “Class Struggle and Women’s Liberation”. [On line]. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em janeiro de 2007.
- DE LEON, Daniel. 1912. “Divorce”. [On line]. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em janeiro de 2007.
- _____. 1923. “Prefácio”. In: *Woman under socialism*. New York: NY Press, 1923.

- ELEY, Geoff. 2005. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Perseu Abramo.
- ENGELS, F. 1885. “Carta a Guillaume-Schack de 5 de julho de 1885”. [On line]. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em fevereiro de 2008.
- _____. 2000. *A origem da Família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Escala.
- HOBBSBAWM, Eric. 2000. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KAUTSKY, Karl. 1983. *Le programme socialiste*. Paris: Marcéle Rivière.
- KOLLONTAI, Alexandra. 1984. *Selected articles and speeches*. New York: Progress Publishers.
- _____. 1979. *Sobre la liberacion de la mujer: seminário de Leningrado de 1921*. Barcelona: Editorial Fontamara.
- _____. 2005. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. 2007. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann.
- LASSALLE, Ferdinand. 1999. *Manifesto operário e outros textos*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.
- LENIN, Vladimir. “To the working women”. [On line]. <<http://www.marxists.org>>. Acesso em janeiro de 2007.
- LIEBKECHE, Wilhelm. “A bad quarter of an hour”. [On line]. <<http://www.marxists.org>>. Acesso em fevereiro de 2009.
- LUXEMBURG, Rosa. “Women’s suffrage and class struggle”. [On line]. <<http://www.marxists.org>>. Acesso em janeiro de 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich & LENIN, Vladimir. 1971. *Crítica do programa de Gotha, Crítica do programa de Erfurt e Marxismo e revisionismo*. Porto: Portucalense.
- MILL, John Stuart. 2006. *A sujeição das mulheres*. São Paulo: Escala.
- NYE, Andréa. 1995. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record.
- PERROT, Michele. 2005. *As mulheres e os silêncios da História*. São Paulo: EDUSC.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. 1997. *O que é a propriedade?* Lisboa: Editora Estampa.
- SOUZA, Vanessa Bezerra de. 2003. *Gênero e marxismo: um estudo sobre suas aproximações*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ.

- STITES, Richard. 1978. *The women's liberation movement in Russia*. New Jersey: Princeton.
- THERBORN, Göran. 2006. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto.
- ZETKIN, Clara. "Only in conjunction with the proletarian woman will socialism be victorious" (1896). [On line]. <[http:// www.marxists.org](http://www.marxists.org)>. Acesso em janeiro de 2007.

Resumo

As profundas transformações sociais, políticas e econômicas em processo na Europa no final do século XIX e início do século XX, decorrentes da expansão das relações de produção capitalistas, afetaram indelevelmente inúmeros aspectos da vida privada, trazendo a lume as contradições insertas no modelo de família reproduzido pela sociedade patriarcal burguesa. O relevante papel desempenhado pelos teóricos marxistas nesse período histórico possibilitou o desenvolvimento de um movimento feminino organizado com vistas à concretização de um projeto emancipatório socialista, capaz de colocar fim à opressão de gênero e classe. Este trabalho busca analisar a visão de mundo, a organização e as estratégias de ação formuladas por membros da social-democracia clássica no tocante às "novas mulheres revolucionárias".

Palavras-chave: marxismo; social-democracia; feminismo; revolução; mulheres.

Abstract

The deep social, political, and economic transformations in course in Europe at the end of the 19th and 20th century, due to the expansion of the capitalist relations of production, affected countless aspects of private life, bringing into light the contradictions inherent to the model of family reproduced by the bourgeois patriarchal society. The relevant role performed by Marxist theorists in this historical period made possible the development of an organized feminine movement aiming at the materialization of an emancipative socialist project, capable of putting an end to both gender and class oppression. This paper intends to analyze the world vision, organization and strategies of action concerning the "new revolutionary women", formulated by members of the classic social democracy.

Key words: Marxism; social democracy; feminism; revolution; women.

Recebido em março de 2009.

Aprovado em maio de 2009.